EDUCAÇÃO E CULTURA

Órgão

Ministério do Turismo (MTur)

Representação

Comissão Permanente para o Aperfeiçoamento da Gestão Coletiva (CPAGC)

Representantes



TitularMarcus Vinícius Beserra de Lima *Advogado Divisão Jurídica (DJ) da CNC*

(Compareceu)



Suplente
Roberta Barreira Sousa Aires
Advogada
Divisão Jurídica (DJ) da CNC

(Compareceu)

Ações

Reunião ordinária realizada no dia 9 de março de 2021

Resumo

A reunião serviu para a instalação da Comissão, tendo como pauta: (i) os regulamentos de cobrança e distribuição das associações de gestão coletiva e do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (art. 2º, inciso III, alínea "a", Decreto n.º 9.879/19); e (ii) o exercício da atividade de cobrança realizada pelas entidades de gestão coletiva no ambiente digital (art.2º, inciso III, alínea "c", Decreto n.º 9.879/19).

Com relação aos itens, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) alertou que o regulamento de cobrança do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad) é prejudicial ao setor de bares, hotéis e restaurantes, por estabelecer o pagamento de direitos autorais em razão da execução de música nas unidades habitacionais dos meios de hospedagem.

Assim, a CNC sugeriu que fosse realizada mudança no critério de cobrança baseado na estimativa de ocupação das unidades habitacionais, por não condizer com a ocupação real das unidades, em especial no atual momento de pandemia que assola o País, considerando que o critério baseado na metragem quadrada sonorizada das áreas coletivas de hotéis, bares e restaurantes é uma cobrança de direitos autorais que não condiz com o porte das empresas usuárias, criando um tributo desproporcional e desequilibrado para o setor.

Após a exposição das razões dos demais membros da Comissão Permanente para o Aperfeiçoamento da Gestão Coletiva (CPAGC), o secretário nacional de Direitos Autorais e Propriedade Intelectual, Felipe Carmona, sugeriu a criação de dois grupos de trabalhos para tratar de cada pauta. Presidente da Comissão, ele informou ainda que, oportunamente, seria enviado e-mail a todos os membros no intuito de oportunizar a participação voluntária nos referidos grupos.

Advogada da Divisão Jurídica (DJ) da CNC, Roberta Barreira se candidatou a participar do grupo voltado ao estudo do exercício da atividade de cobrança realizada pelas entidades de gestão coletiva no ambiente digital.

Formados os grupos de trabalho, a Ata da reunião foi consolidada e levada à análise dos respectivos membros da CPAGC. No dia 22 de abril, foi realizada reunião extraordinária tendo como pauta a sua aprovação, bem como a leitura da relação de participantes dos respectivos Grupos de Trabalho.